

occupation of areas, and consequent formation of urban core in the Valley Region Rio Pardo (RVRP). Includes initially, a general panorama of the historical appropriation of the earth in the area, later, discusses in matter, the legacy of the German culture to your urban physiognomy, until finally to point the model responsible economical orderer for the appropriation of the urban soil in Vale do Rio Pardo.

Keywords: Urban planning - Rio Pardo Valley, urban evolution - Rio Pardo Valley, Appropriation of the ground - Rio Pardo Valley, urban economy, regional development and urban space, history.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O *objetivo geral* deste trabalho é descrever o processo histórico de apropriação do solo na RVRP, delimitando um recorte deste todo complexo, para que se possa aumentar o debate em torno do papel da imigração -em particular a alemã- junto à formação de núcleos urbanos na RVRP.

O *conceito* de região adotado neste artigo, parte dos pressupostos das "concepções avançadas" de palacios³, em que considera a existência de um sistema social com determinantes históricos, no qual o espaço não é um elemento neutro, independente em relação ao tipo de sociedade.

Como *metodologia*, a obtenção e análise dos dados combinam pesquisa teórica e histórica. Renomados autores, tanto no âmbito nacional como regional, embasam o trabalho conceitualmente. Cabe salientar, entretanto, o reduzido número de obras que abordam tal questão. Muitas vezes, estas publicações sequer existem ou são conhecidas. Autores locais (pertencentes a RVRP), são as fontes que fundamentam e subsidiam esta pesquisa. Os locais de pesquisa incluem as seguintes bibliotecas e instituições de pesquisa: Biblioteca FAU/UFRGS; Biblioteca Central da UFRGS; Biblioteca da UNISC; Acervo do Colégio Mauá.

A delimitação do *problema* recorre à seguinte questão: *Como os aspectos sócio-econômicos históricos de apropriação do solo na RVRP, afetaram o grau de desenvolvimento econômico destas comunidades?* Como *hipótese*, a pesquisa procura discutir se o processo de concessão de propriedades aos imigrantes possuía um propósito econômico intrínseco, ou uma simples visão expansionista de ocupação de novas áreas até então não desbravadas. Cabe ressaltar ainda uma terceira hipótese levantada pelo Prof.^o Dinizar Fermiano Becker⁴, em relação ao papel sócio-político da imigração, que respondia a uma forma de atender às teorias racistas e evolucionistas do século XIX.

Pretende-se portanto neste artigo, discorrer sobre tais questões, assim como

³ apud BREITBACH, A. C. de M. Estudo sobre o conceito de região. Porto Alegre n° 13, ago / 1988.

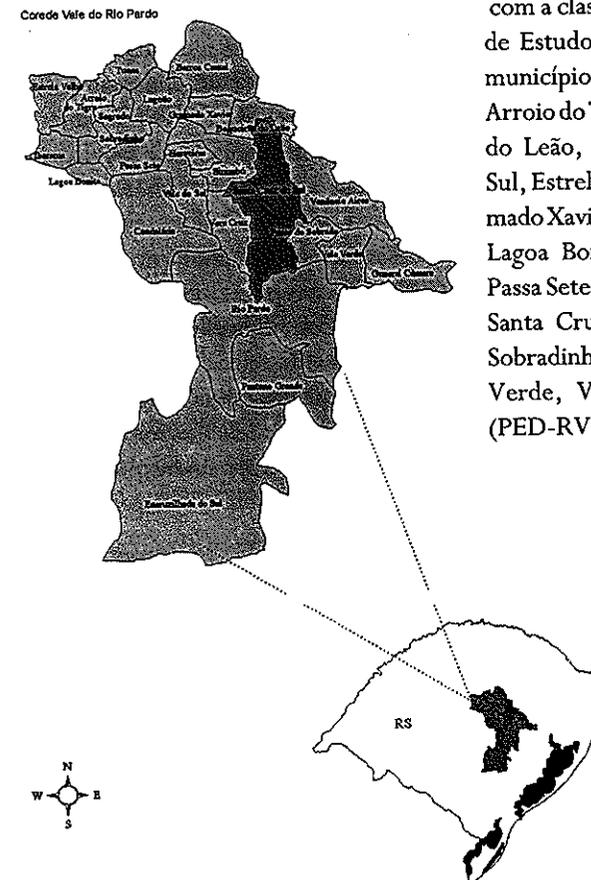
⁴ Contribuição do Prof.^o Dr. da UNISC no enriquecimento intelectual e aprimoramento teórico deste trabalho.

suscitar novos questionamentos sobre a relação entre desenvolvimento regional e espaço urbano.

OBJETO DE ESTUDO

Situada na região centro-oriental do Estado do Rio Grande do Sul, a RVRP leva o nome do afluente do Jacuí, que banha uma parte dos municípios da área. Esta região é composta por 25 municípios que ocupam uma superfície de 14.349,3 Km², o que corresponde a 5,09% do total do território do RS, possui uma população de 397.061 habitantes, o que equivale à concentração de 4,12% da população do estado. De acordo

com a classificação utilizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, os municípios que compõem a RVRP são: Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoão, Lagoa Bonita do Sul, Pantano Gande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz. (PED-RVRP, 1998, p. 21)



Laboratório de Geoprocessamento - UNISC

Mapa do Rio Grande do Sul em primeiro plano, destacando-se a RVRP com a subdivisão dos municípios conforme COREDE-1998.

Fonte: Laboratório de Cartografia e Gestão Territorial da UNISC.

Paralelamente foi elaborado um recorte deste todo complexo, no qual foram identificados alguns núcleos urbanos importantes na constituição e estruturação do fenômeno urbano-regional, quais sejam: Rio Pardo, Encruzilhada do Sul e General Câmara na micro-região Sul; Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Candelária na micro-região Centro; e Sobradinho na micro-região Norte⁵.

APROPRIAÇÃO HISTÓRICA DA TERRA NA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO⁶

No século XVII, a *Companhia de Jesus*⁷ estabeleceu na região avançadas reduções a Leste do território do Tape. Com o ataque dos *bandeirantes*, em 1641 (que vieram à procura dos índios que estavam, em parte, aldeados em reduções jesuíticas), os padres jesuítas transferiram as reduções para a margem direita do rio Uruguai, deixando para trás o gado, que com o passar do tempo tornou-se xucro e bravio (PED-RVRP, 1998, p. 17).

Os portugueses, ao fundarem em 1739 uma fortaleza em Rio Grande, necessitavam de uma base econômica para promover a ocupação desse novo território, pois, das zonas costeiras do Brasil, o Rio Grande do Sul foi a mais tardiamente ocupada. No intuito de povoarem o Rio Grande do Sul, os portugueses doam (primeiramente na RVRP), sesmarias a militares, cujo modelo de estrutura fundiária da época, baseava-se na criação extensiva de gado, garantindo desta forma que grandes extensões de terras seriam "ocupadas".⁸ Este gado, disputado pelos povos guaranis, castelhano e luso-brasileiro, acabou por se transformar no "(...) fundamento básico da apropriação da terra gaúcha (...)" (PESAVENTO, 1994, p. 9). Havia na época uma espécie de *fronteira interna* (NEVES In: O Rio Grande do Sul urbano, 1990, p. 129-30), aberta, permeável e

⁵ Divisão regional segundo critérios adotados pelo COREDE-VRP em 1998, os quais dividiram a região em: NORTE: Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão, Estrela Velha, Gramado Xavier, Ibarama, Passa Sete, Segredo, Sobradinho, Tunas; SUL: Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, Pantano Grande, General Câmara, Vale Verde, Candelária; CENTRO: Passo do Sobrado, Santa Cruz do Sul, Vera Cruz, Venâncio Aires, Vale do Sol, Sinimbu e Herveiras. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo - 1ª parte - Conselho Regional de Desenvolvimento - VRP/UNISC. 1998.

⁶ Inicialmente, na época do descobrimento do Brasil, tribos indígenas predominantemente da tradição Tupi-Guarani, habitavam a área que hoje denominamos de Região do Vale do Rio Pardo. Entretanto, não é objetivo deste ensaio, pesquisar vestígios antropológicos da presença humana na Região.

⁷ Com a fundação de Jesus-Maria em 1632, São Joaquim em 1633 e São Cristóvão em 1634, criaram-se centros econômicos de grande importância.

⁸ Palestra proferida pelo Prof. Dr. Pedro Silveira Bandeira no PROPUR-UFRGS em 19/06/2002.

demograficamente vazia de homens, mas farta de gado. As estâncias dos Setes Povos (o interesse luso era explorar economicamente a grande quantidade de gado deixado pelos jesuítas), cobriram a maior parte do Rio Grande do Sul, inclusive as terras da Região do Vale do Rio Pardo.

As terras localizadas no extenso território rio-pardense foram distribuídas em sesmarias para militares, tropeiros de gado e comerciantes que se afazendaram. A atividade criatória ocupou a região dos campos enquanto que as terras de topografia mais acidentada e cobertas por espessas e densas florestas foram, inicialmente, desprezadas (PED-RVRP, 1998, p. 18).

Por volta de 1750, propagaram-se estâncias em grande parte da RVRP, cujo povoamento iniciou devido às questões militares. Havia a necessidade de defesa do território, de salvaguardar a defesa lusa, que segundo Bernardes(1997), explica o povoamento nesta região.

Em Santo Amaro -conforme constam nos assentamentos dos livros da freguesia de Viamão- foram demarcados, em 1771, os primeiros lotes que seriam entregues aos casais açorianos, e posteriormente, em 1774, foi feita a demarcação de seu núcleo urbano (RHODEN, 1999, p. 172). Em 1881, Santo Amaro destaca-se como importante núcleo urbano, servindo como "forte, armazém de material bélico e armazém de víveres". Tanto no caso de Rio Pardo como de Santo Amaro, percebe-se que a ocupação do solo articula-se basicamente através da economia pastoril e da defesa, a partir da construção de fortes assegurando a posse do território.

Nesta mesma época, a partir da construção da Capela Santa Bárbara no final do séc. XVIII, antigos caminhos usados por tropeiros de gados originaram o nome peculiar do povoado de Encruzilhada do Sul (SILVEIRA; HERMANN In: VOGT; SILVEIRA: 2001, p. 223).

Os municípios de Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, Pantano Grande e General Câmara, possuem uma diversidade cultural muito grande devido a forte ligação histórica com o processo de conquista do território, o latifúndio, a criação extensiva de gado, a escravidão e a herança cultural deixada pelos antepassados (PED-RVRP, 1998, p. 19).

No processo de formação de núcleos populacionais na região, a cidade de Rio Pardo é a que apresenta a mais diversificada gama de etnias: militares, comerciantes, tropeiros de gado, colonos açorianos, escravos, negros e índios. Apesar de sua função militar, Rio Pardo criou um próspero núcleo urbano no entorno da Igreja Nossa Senhora dos Passos, sendo elevada à condição de freguesia em 1769. "Nesse momento, consolidou-se a riqueza urbana, reflexo da riqueza rural garantida pela estabilidade econômica da estância, denotando equilíbrio entre a vida urbana e rural" (VOGT In: Ágora, 1996, v.2; n.º. 1).

Até meados do século XIX, Rio Pardo ocupava uma importante posição no cenário

comercial gaúcho, graças ao fato de ter sido importante entreposto comercial, capaz de abastecer “as estâncias mais distantes dos primitivos núcleos” (Xavier, 1964, p. 62). Entretanto entra numa fase de estagnação, perdendo sistematicamente importância econômica e militar no cenário gaúcho. Nesse período, Rio Pardo juntamente com Cachoeira do sul, tornaram-se parte estratégica da “rede matriz dos povoados”, surgindo em seu entorno vários povoados com pequenas propriedades responsáveis pelo abastecimento de alimentos.

O equilíbrio populacional entre campo/cidade em Rio Pardo, segundo SILVEIRA e Hermann (In: VOGT; SILVEIRA, 2001, p. 222), começa a ser “quebrado” na metade do século XIX, devido ao surgimento de um governo estável que consolidava a vida urbana em sua função administrativa, criando muitos atrativos para a população rural, a qual começou a emigrar devido ao grande parcelamento das terras entre gerações.

No que tange à formação e urbanização de grande parte das cidades do Brasil colônia, seja originárias a partir de capelas, ou de acampamentos militares, os casos de Rio Pardo, Encruzilhada do Sul e Santo Amaro (cidades de origem lusa), se apresentam como exemplos de núcleos urbanos. Em maior ou menor escala, possuem na sua origem e em seu crescimento inicial, particularidades fortemente vinculadas a aspectos da cultura lusa e de sua manifestação no espaço da província colonial.

A região setentrional do Vale do Rio Pardo, municípios como: Boqueirão do Leão, Gramado Xavier, Ibarama, Sobradinho e Arroio do Tigre, tiveram boas partes de suas terras ocupadas predominantemente por descendentes de imigrantes italianos. Esta procura por novas terras também determinou que levas de colonos de origem italiana constituíssem um importante fluxo migratório das regiões de ocupação pioneira do RS em direção a esse espaço (PED-RVRP, 1998, p. 19).

A partir de colonizações administradas por empresas particulares surgem Candelária (1863) e Venâncio Aires (1891). Em Venâncio Aires, apesar do povoamento iniciar com a chegada de lusos na região, a ocupação efetiva deu-se com a chegada, através de empresas coloniais particulares, de imigrantes que passaram a se fixar preferencialmente nos vales dos arroios Sampaio e Castelhana, desbravando matas, abrindo picadas e roças. Em Candelária o processo foi semelhante: imigrantes compram terras de um antigo sesmeiro e instalam a “Povoação Germânica”. Silveira e Hermann, apontam as similitudes no processo de povoamento da RVRP com o restante do Estado “(...) A formação e o povoamento dos primeiros núcleos na RVRP apresentam, portanto, fases e características distintas que, todavia acompanham o processo histórico do povoamento do Rio Grande do Sul” (SILVEIRA; HERMANN, In: VOGT; SILVEIRA: 2001, p. 219).

LEGADO DA CULTURA ALEMÃ À FISIONOMIA URBANA NA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO

Devido aos fortes traços culturais introduzidos pela colonização alemã no Rio Grande do Sul, cabe aqui um sucinto apanhado histórico, abrangente o suficiente, para delinear a importância da migração “teuta” na RVRP.

O processo pelo qual em 1825, a colonização alemã ter adentrado no Rio Grande do Sul, segundo BANDEIRA⁹, deve-se à família real portuguesa, que observou apenas negros e escravos no Rio Grande do Sul. Esta questão, segundo Lando e Barros (1980, p. 11) está intimamente vinculada à transformação do regime de trabalho escravo na sociedade brasileira, em suas palavras “(...) a existência do regime de escravidão impede o crescimento do fluxo migratório, sendo a decadência do primeiro a condição para a expansão do segundo”.

Ainda segundo Lando e Barros (1980, p. 17), numa conjuntura econômica capitalista, havia interesse dos empresários em apropriar-se de parte do produto do trabalhador assalariado imigrante. Fato este improvável de ocorrer num regime escravocrata, pois os escravos não eram livres para vender a sua força de trabalho, haja vista que trabalhavam apenas para a sua própria subsistência.

Neste quadro, soma-se o fato da Alemanha na época ser uma das zonas mais empobrecidas e atrasadas da Europa, tornando-se fácil atrair a mão-de-obra imigrante. “Esse contingente humano novo foi crescente, e a ele se incorporaram, a partir de 1875, os imigrantes italianos ocupando espaços adjacentes às colonizações alemãs” (NEVES, In: *O Rio Grande do Sul urbano*. 1990, p. 129).

As colônias teutas eram constituídas de famílias grandes em propriedades pequenas. Segundo Souza (2000, p. 37) esta característica da RVRP, em contraste com as grandes propriedades de terra da região Sul do Estado, deve-se ao fato de que os imigrantes recebiam e se estabeleciam em propriedades bastante pequenas (a parcela de terra era inicialmente de 66 a 77 ha por família, e foi sendo reduzida por lei, até chegar a 25 ha). Inicialmente, começavam as ocupações da colônia pelo desmatamento da gleba, para, num segundo momento, desenvolver uma agricultura de subsistência. O terceiro passo era a produção de um excedente comercializável. Ainda segundo Souza (2000, p. 38), o processo migratório, interrompido em 1830, foi retomado, e a colonização espalhou-se tanto pela região da Colônia primitiva, às margens do Rio dos Sinos, como se imiscuiu pela bacia do Jacuí (integrada pelos rios Jacuí, Caí, Taquari, Pardo), nas áreas não ocupadas pelos açorianos, isto é, na encosta inferior da serra. Essa sociedade organizou seu espaço com base nas “colônias”, na pequena propriedade e no trabalho familiar (NEVES, In: *O*

⁹ Palestra proferida pelo Prof. Dr. Pedro Silveira Bandeira no PROPUR-UFRGS em 19/06/2002.

Rio Grande do Sul urbano. 1990, p. 130).

Em relação ao processo de urbanização no Rio Grande do Sul por imigrantes alemães, Weimer (1992) observa que cada família assentava-se sobre um lote próprio, pois as terras no Brasil eram então, parceladas e transformadas em propriedade privada. Cada lote deveria ficar a uma distância de 200m das que lhe eram vizinhas. Nessas condições não seria possível reconstituir a aldeia na forma tradicional. O resultado disso foi a disseminação das construções pelo território. Pode-se dizer que a propriedade de cada colono teuto-brasileiro é um retrato, o mais fiel possível, de sua aldeia de origem. Uma das formas do colono alemão manter a sua identidade foi através do estabelecimento de vizinhança, hábito mantido ainda hoje.

Para Weimer, ao mesmo tempo em que a conquista da propriedade privada era um ganho ao imigrante alemão, isso liquidava o fundamento comunal da organização em aldeias, conforme os moldes tradicionais alemães, aumentando num processo gradual de desgermanização do imigrante.

Weimer (1992, p. 63-64) explica a forma pela qual eram feitos os assentamentos das colônias alemãs. O agrimensor, a mando do governo, abria picadas através da floresta, com o auxílio de um teodolito, isso equivale a dizer, um traçado absolutamente linear. A cada 5 km, aproximadamente, abria picadas secundárias que eram ortogonais à primeira, e nestas marcavam-se a profundidades dos lotes, gerando uma malha ortogonal, sem a menor preocupação com as formações geológicas do local. Foi através dos "defeitos" do planejamento luso que, curiosamente, os imigrantes alemães definiam as suas "vizinhanças". Principalmente em trechos das picadas que eram tortuosos, onde havia vales, córregos, etc. O imigrante alemão não entendia nem tampouco aceitava a ortogonalidade do traçado da rede viária. Não aceitava tamanha arbitrariedade por parte dos governantes. Os alemães teimavam em entortar as estradas que tinham sido traçadas com "precisão geométrica".

Em 1849, foi criada, às margens do Rio Pardo, a primeira colônia de imigrantes dirigida pela Província de São Pedro, a colônia de Santa Cruz, dentro da área então pertencente ao município de Rio Pardo. Para administrar a colônia de Santa Cruz do Sul, o governo nomeou um engenheiro alemão (Johann Martin Buff), com o encargo de abrir as picadas e medir as terras. Tratava-se de ruas ortogonais, com uma praça central, ao redor da qual foram instalados prédios administrativos, em suma, simplesmente uma questão de afirmação da autoridade, dentro das rígidas formas lusitanas. As cercanias dessa e outras colônias próximas, foram sendo povoadas principalmente por imigrantes ou descendentes de origem teuta. Isso originou vários municípios na parte mais central do Vale do Rio Pardo e influenciou fortemente nos traços culturais da população de Santa Cruz do Sul, Candelária, Vale do Sol, Vera Cruz, Passo do Sobrado, Vale Verde e Sinimbu. (PED-RVRP, 1998, p. 18)". Em 1855, iniciou-se a concessão dos lotes urbanos, povoação que, na época, começava a surgir no Faxinal do João Farias.

Os lotes e as quadras foram sendo demarcados seguindo uma planta urbana bem definida pelo governo provincial, com rigorosa orientação geométrica, e que em seu entorno ainda previa a demarcação de um conjunto de chácaras visando ao abastecimento de alimentos do núcleo urbano. (SILVEIRA; HERMANN In: VOGT; SILVEIRA, 2001, p. 227)

Os lotes de terras ocupados pelos descendentes alemães possuíam, de um modo geral, relevo acidentado cobertos por densas florestas. Os imigrantes e seus descendentes, sem muitas alternativas, dedicaram-se à agricultura, mais precisamente à policultura, mediante o emprego da força de trabalho da unidade familiar (PED-RVRP, 1998, p. 18).

MODELO ORDENADOR ECONÔMICO RESPONSÁVEL PELA APROPRIAÇÃO DO SOLO URBANO NA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO

Em termos histórico-culturais, não é possível concebermos a RVRP como sendo homogênea. Há uma profunda heterogeneidade no que diz respeito a sua formação, diferenças estas, geográficas, econômicas, sócio-culturais e de organização política dentro da própria RVRP (PED-RVRP, 1998, p. 19). A origem das cidades no Vale do Rio Pardo - exceto os municípios recém emancipados a partir de 1960 - seguiu em sua grande maioria, etapas semelhantes de organização (SILVEIRA e HERMANN In: VOGT; SILVEIRA, 2001, p. 234).

Entretanto, parece haver um modelo ordenador responsável pelo processo de ocupação do solo na região: a *imigração*. Esse modelo pretendia reforçar a hegemonia política e econômica do governo provincial, pois, ao fixar o imigrante a terra, formaram-se colônias auto-sustentáveis, desencadeando incipientes núcleos urbanos. Este processo fomentou a pré-condição de um mercado consumidor na própria zona colonial, dinamizando, posteriormente, a inserção da economia imigrante na economia rio-grandense. Criou-se com isso um círculo virtuoso entre apropriação espacial urbana e aspectos sócio-econômicos.

O governo provincial do Rio Grande do Sul, a partir de 1849, com terras cedidas pelo império funda várias colônias na encosta da serra. A maioria das colônias criadas nesta época deveria possibilitar a abertura das matas e viabilizar a ligação com os campos do Planalto. Era o que se pretendia na região, por exemplo, com a abertura nessa época da estrada ligando Rio Pardo a Cruz Alta (SILVEIRA; HERMANN In: VOGT; SILVEIRA, 2001, p. 227). O lote, a linha, as picadas, o condensamento populacional, mais a quantidade de serviços básicos, fixaram o traçado colônia-vila dessas comunidades (BARROSO In: WEIMER, 1992, p. 43). Para Neves (1990) as condições desfavoráveis encontradas nas florestas, inviabilizavam a base econômica dos primeiros povoadores.

Os 'colonos' - imigrantes europeus - ocupavam áreas marginais do processo econômico dominante: a floresta subtropical, encostas e vales do planalto arenítico-basáltico. Os espaços então valorizados - os campos - já estavam ocupados, doados através de datas e sesmarias, utilizados pelo extrativismo animal, a fonte da acumulação primitiva no espaço sul-rio-grandense (NEVES In: *O Rio Grande do Sul urbano*, 1990, p. 130).

No que tange aos traçados, as linhas e picadas, historicamente encontra-se relação entre vias de comunicação e desenvolvimento econômico:

A atividade fumicultora desde cedo representou o principal esteio da economia santacruzense, articulando a produção do fumo na zona rural e o beneficiamento industrial do fumo na cidade. Inicialmente muitas foram as dificuldades de comunicação com outros lugares, dada a existência apenas de picadas - caminhos abertos na mata. Rio Pardo, seu principal mercado, estava muito distante, e apenas a partir de 1905, com a extensão do ramal ferroviário de Ramiz Galvão, a cidade de Santa Cruz do Sul passou então a contar com melhores oportunidades ao seu desenvolvimento econômico. (SILVEIRA; HERMANN In: VOGT; SILVEIRA, 2001, p. 229)

Em contrapartida, VOGT descreve uma situação diametralmente oposta, expondo um dos motivos pelos quais Rio Pardo iniciou o processo histórico de decadência econômica:

Foi somente enquanto as vias de comunicação e os meios de transporte foram precários, que Rio Pardo pôde se manter como intermediário, ou melhor, como atravessador, comerciando com os povoados que iam surgindo na fronteira do Rio Grande. O aperfeiçoamento dos transportes diminuiu as distâncias e acabou com o comércio da localidade. Os tão venerados heróis do passado da Tranqueira Invicta condenaram a florescente promissora Rio Pardo à estagnação econômica. Hoje, mais do que nunca, sua população pobre sente na pele as conseqüências dessa condenação (VOGT In: VOGT; SILVEIRA, 2001, p. 118).

Os transportes, segundo Moure (1980, p. 97), constituíram sérios obstáculos ao escoamento da produção, pois encareciam os produtos, absorviam os lucros e limitavam a capacidade de compra e acumulação de capital. Dinizar Fermiano Becker¹⁰ ressalta a dicotomia entre transportes e desenvolvimento econômico também em relação às vias pluviais, num primeiro momento e posteriormente em relação às estradas de ferro, onde algumas, ao contrário do que se podia supor, provocaram a decadência de algumas colônias. Para o sociólogo José A. C. Ramos, a ocupação e colonização da metade norte

¹⁰ op. cit.

do estado fundamenta-se pela inserção estratégica do imigrante em áreas consideradas não rentáveis:

(...) a localização inicial dos recém chegados foi estratégica, encaminhados para as entradas e saídas das florestas, à margem do caminho das tropas. Havia uma intenção de ocupar uma área inóspita, imprestável para a pecuária, e formar um cordão de proteção nos pontos em que as tropas de muares e gado eram atacadas por índios, ou corriam outros riscos as comunicações com o resto do país (RAMOS In: *Semanas Sociais do Rio Grande do Sul*, 1971, p. 44-47).

Segundo Barroso, os primeiros traçados de comunicação interna no RS foram os caminhos de tropas e posteriormente as picadas, e isso perdurou até a segunda metade do século XIX. A partir de 1869, dada a falta de um plano geral de viação na Província, visto que as estradas, caminhos e picadas até então abertos não obedeciam a uma metodização, surgiram os estudos de estradas normais (BARROSO In: WEIMER, 1992, p. 48).

(...) as colônias eram fundadas para balizar e preparar a abertura das estradas que subiriam o escarpamento da serra. Invadiam a frente florestal além da zona de povoamento luso-brasileiro e formavam grande número de núcleos agrícolas cujos intervalos seriam ocupados, pouco a pouco, pela população de origem nacional, que a prosperidade exemplar das colônias oficiais atrairia (ROCHE, 1969, p. 112, *apud* BARROSO In: WEIMER, 1992, p. 45)

As vantagens econômicas e demográficas resultantes da colonização compensavam os enormes gastos do governo provincial em infra-estrutura tais como: estradas, pontes e até ferrovias, para fazer chegar a produção a mercados produtores (MEDEIROS, 1975, p. 55, *apud* BARROSO, In: WEIMER, 1992, p. 45). O imigrante era tido como um elemento expansionista e de conquista, gerando focos de povoamento pioneiro. Neste sentido Lando e Barros (1980, p. 9), relatam que não existia até o século XIX uma política oficial em prol da imigração européia para o Brasil. As autoras consideram que os poucos casos existentes tinham como objetivo "povoar e ocupar regiões de valor estratégico, que a imigração espontânea deixara ao abandono (...)". Consideram ainda que apesar do processo de imigração européia ter sido inicialmente oneroso para os seus patrocinadores, "(...) num futuro próximo ou mediato, representariam uma alternativa vantajosa para a solução do problema da mão-de-obra" (LANDO e BARROS, 1980, p. 16). Comprova-se em algumas colônias mais prósperas como Santa Cruz do Sul, que as arrecadações feitas superaram em muitas vezes o capital investido em sua criação (BARROSO In: WEIMER, 1992, p. 45).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou demonstrar que a forma pela qual ocorreu a produção do fenômeno urbano na RVRP, foi um ato econômico rentável ao governo provincial da época. Verificou-se que os elementos do sistema econômico foram os principais estruturadores sociais do espaço urbano na RVRP. Algumas mudanças no sistema configuracional urbano, tais como melhorias na infra-estrutura urbana -mesmo que a longo prazo- tiveram reflexos significativos na estrutura socioeconômica. O espaço urbano, portanto, interage com o sistema econômico, na medida em que, devido ao seu caráter de permanência no tempo, dificulta certas mudanças de ordem social frente às novas necessidades econômicas, perpetuando a interdependência entre espaço urbano e sistema econômico.

REFERÊNCIAS

O referencial teórico que comandou as ações desta pesquisa, seguiu a corrente que visa relacionar abordagem teórica e histórica sobre o fenômeno urbano na região.

BARROSO, V. L. M. Povoamento e Urbanização do Rio Grande do Sul - A Fronteira como trajetória. In: WEIMER, G. (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 1992, p. 35-55.

BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, IBGE, 20 (171): 587-620, nov./dez. 1963.

_____. *Bases Geográficas do povoamento do RS*. Ijuí: Ed. Unijui/AGB-POA, 1997.

BREITBACH, Aurea C. de Miranda. *Estudo sobre o conceito de região*. Porto Alegre, nº 13, ago / 1988.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO PARDO. *Plano estratégico de desenvolvimento do Vale do Rio Pardo - 1ª parte*. Santa Cruz do Sul: COREDE -VRP: EDUNISC, 1998.

FÓRUM DAS DESIGUALDADES REGIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL. *Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul - Desigualdades Regionais*. 2002.

LANDO A. M.; BARROS E. C. Capitalismo e colonização - os alemães no Rio Grande do Sul. In: *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 9- 46.

MOURE, T. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 91- 117.

NEVES, Gervásio Rodrigo. A rede urbana e as fronteiras: notas prévias. In: OLIVEIRA, Naia; BARCELLOS, Tanya. Colaboração de Adriana Gelpi, et al (Org.). *O Rio Grande do Sul Urbano*. Porto Alegre: FEE, 1990, p. 118 – 140.

PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

RAMOS, J. H. C.. A urbanização sul-rio-grandense. In: *Semanas Sociais do Rio Grande do Sul*. Desenvolvimento urbano do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ISCRE, 1971, p. 37-53.

RHODEN, Luiz Fernando. *Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

RIBEIRO, Demétrio. O planejamento urbano no Rio grande do Sul - Um depoimento sobre as vicissitudes da idéia do Plano Diretor, de 1945 até hoje. In: WEIMER, G.. (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 1992, p. 135-143.

SILVEIRA, R. L. L; HERMANN, E.. As cidades e a urbanização do vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério Lima da. (Orgs.). *Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região/organização*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. pp. 217-257.

SOUZA, C. F. *Contrastes regionais e formações urbanas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

VOGT, O. Rio Pardo: Ascensão e Estagnação da tranqueira invicta. *Revista Agora*. Vol. 2, nº. 1, mar/1996.

_____. Formação social e econômica da porção meridional do Vale do Rio pardo. As cidades e a urbanização do vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério Lima da. (Orgs.). *Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região/organização*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, p. 69-119.

XAVIER, P.. *A estância no RS: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1964.

WEIMER, Guinter (Org.). *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS - Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992.

Recebido para publicação em 30/09/02

Aceito para publicação em 24/03/03